

Na Volta, era só um minuto

Duarte Baião · 17.08.2026

CULTURA · SOCIEDADE

A morte do ciclista Finlay Tarling não nos devia levar apenas a perguntar o que aconteceu naquele trágico instante da Volta a Portugal. Pode ser também um espelho de um país que não exige mais da sua cultura cívica, em que tudo nas estradas é «só um minuto». Jornalista em várias Voltas a Portugal, Duarte Baião dá-nos um minuto de reflexão.

A morte do ciclista Finlay Tarling não nos devia levar apenas a perguntar o que aconteceu naquele trágico instante da Volta a Portugal. Devia obrigar-nos a perguntar por que razão continuam a acontecer coisas que vemos todos os dias, nas nossas estradas e não só.

O jovem galês, de apenas 19 anos, praticava um desporto tão amado quanto repleto de riscos. Não morreu na sequência de uma queda no meio do pelotão, na perseguição pela vitória num derradeiro *sprint*; não foi vitimado por uma avaria mecânica ou um erro de cálculo, tão pouco pelo choque contra um cão – como foi o caso do acidente que acabaria por ceifar a vida do maior ciclista português de todos os tempos, Joaquim Agostinho, já lá vão mais de 40 anos, numa fatídica Volta ao Algarve. Finlay Tarling morreu após embater de frente num veículo ligeiro que não podia circular naquela estrada naquele momento. E embora as circunstâncias concretas da tragédia continuem a ser apuradas pelas autoridades, aquilo que aconteceu na Volta a Portugal obriga-nos, desde já, a olhar para um problema muito maior do que um eventual erro individual. Obriga-nos a olhar para a forma como vivemos em comunidade.

A morte de Finlay Tarling foi uma horrível tragédia, mas pode ter sido também um espelho que reflecte um país onde continuamos a investir pouquíssimo na construção de uma cultura cívica exigente.

Durante vinte anos de jornalismo acompanhei duas Voltas a França, três Voltas a Portugal e um número infindável de corridas de menor dimensão desportiva, mas de igual exigência na organização. Há poucas operações logísticas tão complexas como uma prova de ciclismo disputada em estrada aberta. Centenas de pessoas, dezenas de entidades, milhares de espectadores, quilómetros e quilómetros de percurso, cruzamentos, acessos secundários, aldeias, cidades, carros, motos, equipas, jornalistas e forças de segurança. E apesar dessa complexidade, a verdade é que a esmagadora maioria das corridas decorre sem incidentes graves. Não porque o risco não exista; não porque os perigos não sejam evidentes, mas porque existe um enorme esforço colectivo para que tudo funcione. O problema é que esse esforço colectivo depende frequentemente de algo que não aparece nos regulamentos nem nos comunicados oficiais. Depende da sorte ou do azar, mas sobretudo da capacidade de as pessoas respeitarem regras básicas de convivência. Depende da capacidade de compreenderem que nem tudo gira à sua volta.

Depende da capacidade de aceitarem que, durante alguns minutos, o seu interesse individual pode ter de ceder perante um interesse colectivo maior. E é precisamente aí que começam os nossos problemas.

Aquilo que aconteceu na Volta a Portugal obriga-nos, desde já, a olhar para um problema muito maior do que um eventual erro individual. Obriga-nos a olhar para a forma como vivemos em comunidade.

Ao longo dos anos vi pessoas atirarem-se literalmente para a estrada para apanhar uma mera T-shirt lançada pela caravana publicitária, que antecede sempre a passagem dos ciclistas. Ou uma caneta de plástico. Ou um saco de rebuçados. Ou a garrafa de água dispensada pelo ciclista. Vi espectadores atravessarem os percursos apenas segundos antes da passagem do pelotão. Vi automobilistas tentarem furar barreiras porque acreditavam que conseguiriam passar antes dos ciclistas – iam só ali à frente num instante. Vi cidadãos perfeitamente convencidos de que as regras existiam para toda a gente menos para eles. E quase sempre ouvi a mesma justificação: era só um minuto, era só um instante, era só ali, era só desta vez.

A esmagadora maioria das corridas decorre sem incidentes graves. Não porque o risco não exista; mas porque existe um enorme esforço colectivo, que depende frequentemente de algo que não aparece nos regulamentos nem nos comunicados oficiais. Depende da sorte ou do azar, mas sobretudo da capacidade de as pessoas respeitarem regras básicas de convivência.

O ciclismo é, talvez, o mais popular e democrático dos grandes fenómenos do desporto. Passa à porta das pessoas. Percorre aldeias, vilas e cidades. Permite um contacto fugaz, mas único, entre atletas e público. Mas essa proximidade tem, também, uma consequência inevitável: a segurança da prova depende não apenas da organização da Volta, da Federação Portuguesa de Ciclismo, da Guarda Nacional Republicana, das autarquias ou dos voluntários. Repito: depende também do comportamento dos cidadãos. E isso, infelizmente, é a parte mais imprevisível de toda a equação.

Segundo as informações conhecidas, o condutor da carrinha envolvida no acidente não apresentava sinais de consumo de álcool ou de substâncias que pudessem alterar a condução. Não sabemos exactamente o que aconteceu. Talvez não soubesse que a corrida estava a passar por ali – o que parece difícil, porque há divulgação, há pessoas à beira da estrada, há ruído, há sirenes. Talvez tenha entrado por um acesso secundário convencido de que a estrada já se encontrava reaberta. Talvez tenha interpretado mal a situação. Talvez tenha simplesmente arriscado. Talvez nunca venhamos a saber com exatidão. Mas independentemente das conclusões da investigação, a tragédia obriga-nos a enfrentar uma realidade desconfortável: demasiadas vezes colocamos a nossa conveniência acima da segurança dos outros. E não é preciso acompanhar corridas de ciclismo para perceber isso. Basta conduzir. Basta observar. Basta sair de casa.

A segurança da prova depende não apenas da organização da Volta, da Federação Portuguesa de Ciclismo, da Guarda Nacional Republicana, das autarquias ou dos voluntários. Depende também do

comportamento dos cidadãos.

Quantas vezes vemos ultrapassagens aberrantes, pornograficamente perigosas, e que ainda assim parecem absolutamente normais para quem as faz? Quantas vezes o excesso de velocidade é visto como um sinónimo de orgulho, virilidade, coragem e perícia de quem conduz, e não de irresponsabilidade, ignorância e egocentrismo? Quantas vezes encontramos pessoas com os carros estacionados em passeadeiras ou em lugares reservados a deficientes, sob o pretexto de que demorará apenas dois minutos? Quantas vezes assistimos a manobras absurdas justificadas pela pressa? Quantas vezes vemos lixo atirado dos carros para o espaço público porque alguém acabará por o apanhar? – e se não apanhar, que se lixe o lixo... Quantas vezes encontramos filas organizadas que são imediatamente contornadas por quem acredita que o seu tempo vale mais do que o tempo dos outros? Quantos de nós conduzimos enquanto enviamos mensagens pelo telemóvel? O maior problema das nossas estradas não são os buracos. Não são as curvas. Não são sequer os automóveis. O maior problema das nossas estradas são muitas vezes as pessoas. É a convicção profundamente instalada de que cada um de nós é uma exceção. É a ideia de que as regras são apenas recomendações. É a convicção da impunidade. É a crença de que os direitos individuais podem ser exercidos sem qualquer consideração pelas consequências colectivas.

Durante anos, melhorámos significativamente os indicadores de sinistralidade rodoviária. Felizmente já não somos o país que fomos. Mas isso não significa que tenhamos resolvido o problema cultural que está na origem de tantos comportamentos de risco. Continuamos a assistir a uma preocupante falta de civismo. Continuamos a ver atitudes que revelam um profundo desrespeito pelo espaço comum. E continuamos a comportar-nos demasiadas vezes como consumidores de uma sociedade e não como participantes nela. Talvez porque falamos muito pouco de cidadania, porque falamos muito pouco de responsabilidade colectiva, porque sucessivas gerações de governantes encararam a educação cívica como um tema secundário – a componente curricular existe nas escolas mais para inglês ver, e não com a carga horária que devia... Aprendemos fórmulas matemáticas, datas históricas, todos os segredos da Língua Portuguesa – e é assim que deve ser –, mas passamos uma vida inteira sem discutir seriamente aquilo que permite a qualquer sociedade funcionar verdadeiramente: a capacidade de compreender que as nossas decisões produzem consequências para pessoas que não conhecemos. Parece fácil, não parece? E o problema não é a existência de *más pessoas*. O problema é termos construído uma cultura onde demasiadas pessoas acreditam que o seu minuto vale mais do que a segurança dos outros. Ou de que a sua raça vale mais que a de outros. Ou o local de nascimento – mas isso é para outras crónicas. Uma cultura onde a ultrapassagem perigosa parece aceitável; o estacionamento abusivo parece irrelevante; onde a fila existe para ser contornada; onde a regra existe apenas para os outros, ou para ser superficialmente interpretada; onde o incómodo causado aos restantes cidadãos raramente entra na equação.

Talvez o condutor daquela carrinha nunca tenha imaginado que, ao dobrar uma curva, encontraria um ciclista a descer em alta velocidade na sua direcção. Talvez o choque tenha sido inevitável no instante em que ambos se avistaram. Talvez tudo tenha acontecido num abrir e fechar de olhos. Mas as tragédias raramente nascem apenas de um instante. Muitas vezes são o resultado acumulado de uma cultura. De hábitos. De comportamentos normalizados. De escolhas repetidas vezes e vezes sem conta.

O problema não é a existência de *más pessoas*. O problema é termos construído uma cultura onde demasiadas pessoas acreditam que o seu minuto vale mais do que a segurança dos outros.

A morte de Finlay Tarling foi uma horrível tragédia, mas pode ter sido também... um espelho. Um espelho que reflecte um país onde continuamos a investir pouquíssimo na construção de uma cultura cívica exigente. Um país onde o interesse individual continua frequentemente a sobrepor-se ao interesse colectivo. Um país onde confundimos liberdade com ausência de responsabilidade. Um país onde continuamos a acreditar que as regras existem para limitar os outros e não para proteger todos. E enquanto continuarmos a olhar para a cidadania como uma nota de rodapé da vida em comunidade, continuaremos a descobrir da forma mais cruel que a falta de civismo nunca é um problema abstrato. Tem consequências. Tem vítimas. Tem nomes.

E desta vez, a vítima tinha apenas 19 anos. Chamava-se Finlay Tarling.